CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DO PODER POLÍTICO EM MONTES CLAROS – MINAS GERAIS (1832 – 1982)

CONSIDERATIONS ABOUT THE DEVELOPMENT OF THE POLITICAL POWER IN MONTES CLAROS – MINAS GERAIS (1832-1982)

Ilva Ruas de Abreu*
Danniel Ferreira Coelho**

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discorrer acerca do exercício de poder da chefia da municipalidade em Montes Claros, cidade situada no norte de Minas Gerais, e demonstrar, através de uma sistemática revisão bibliográfica, como a hegemonia do grande capital rural se consolidou através dos anos, e como entrou em crise nas eleições municipais de 1982.

Palavras-chave: História Política, hegemonia, eleições municipais.

Abstract: The present article aims to discuss about the exercise of power within the context of leadership of the municipality of Montes Claros, in northern Minas Gerais, and demonstrate, through a systematic literature review, how the hegemony of the big farmers took place over the years, and how it enters into crisis in the local elections in 1982.

Keywords: Political History, Hegemony, local elections

O presente artigo tem como objetivo discorrer acerca do exercício de poder da chefia da municipalidade em Montes Claros, cidade situada no norte de Minas Gerais, e demonstrar, através de uma sistemática revisão bibliográfica, como a hegemonia de um determinado segmento político se consolidou através dos anos. O conceito de hegemonia refere-se àqueles que possuíam a capacidade de subordinar intelectualmente o restante da sociedade, uma vez que se apresentavam como representantes do segmento ao qual pertenciam e, desta forma, atendiam ao interesse coletivo obtendo, portanto, o consentimento e a adesão espontânea. (GRAMSCI, 1978).

A ascensão de Montes Claros à condição de vila dá-se com a construção de sua primeira Câmara Municipal, no ano de 1832 (PEREIRA, 2002),

* Economista. Doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais e chefe do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: ilvaruas@gmail.com
** Graduado em Ciências Sociais e Mestrando em História pela Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: dannielcoelho65@yahoo.com.br

no período Imperial, chefiado pela casa monárquica de Orleans e Bragança. Em 1889, as armas brasileiras deram fim ao domínio de Dom Pedro II e proclamaram a República, amparadas em bases oligárquicas, embasadas no sistema denominado de coronelismo, que tiveram o seu auge até o período iniciado com a tomada de poder por Getúlio Vargas, em 1930 (LEAL, 1978). O governo varguista segue ininterruptamente até o ano de 1945, quando dá lugar a um novo período institucional, cujo marco é a promulgação da nova Constituição, em setembro de 1946.

A Constituição de 1946 vigora efetivamente até 1964 quando ocorre o golpe militar que, através do Ato Institucional nº 1 (A.I. - 1), a suspende. Os militares, através do Ato Institucional nº 4 (A.I – 4), convocam o Congresso Nacional que promulga uma nova Carta Magna, a Constituição de 1967, somente revogada após a ascensão da Nova República, em Assembleia Nacional Constituinte que aprova uma nova Constituição em 1988.

Durante todo esse período (1832-1988), apenas em 1982 o segmento hegemônico da política montesclarense foi substituído da chefia do Executivo municipal, a partir da ascensão de uma nova liderança, na época ligada às camadas populares, que se encontravam situada em áreas periféricas do município, e às lideranças partícipes de uma elite de feição mais urbana.

Antecedentes históricos

Montes Claros, assim como o restante do norte de Minas Gerais, tem o seu processo de povoamento distinto da então província mineira. A ocupação do norte de Minas Gerais deu-se, de acordo com Reis (1997), em duas direções: de um lado pela expansão da pecuária, desde a foz do Rio São Francisco, e de outro pelas bandeiras baianas e paulistas, lideradas por Matias Cardoso e Fernão Dias Paes, que vieram para a região em busca de pedras preciosas e aprisionamento de indígenas (COSTA, 1997).

Ainda segundo Reis (1997), o desenvolvimento econômico do norte de Minas Gerais ocorreu, inicialmente, pela atividade pecuária, cuja finalidade era fornecer gado à região onde se desenvolvia a atividade mineradora, que se destacava como a principal atividade econômica da província.

Da mesma forma, ocorreu com Montes Claros que tem na sua gênese a formação da grande fazenda de criação bovina, que, de acordo com COSTA (1997), produzia gêneros alimentícios, sobretudo o charque, para o atendimento especialmente das zonas mineiras que estavam localizadas nas antigas vilas de Ouro Preto, Diamantina e Sabará.

Além dessa atividade econômica, Montes Claros destacou-se na produção de algodão, que teve início no final do século XVIII (REIS, 1997). Em razão do investimento prioritário nessas atividades deu-se o povoamento inicial do município. A grande fazenda montesclarense constituía,

segundo COSTA (1997), um todo econômico graças, inicialmente, a mão de obra escrava (negra ou indígena). E, em meados do século XIX, antes da abolição da escravidão, os escravos e índios já haviam se tornado agregados das grandes propriedades rurais. É no entorno dos grandes latifúndios de terra que se desenvolvem também os primeiros núcleos camponeses que, independentes da grande fazenda, se vinculam a ela a partir das relações de troca (COSTA, 1997).

Todo o contexto apresentado nos permite dizer que Montes Claros surgiu em um território sertanejo, que à época era chamado de "Arraial das Formigas", e se consolida enquanto um dos principais povoados do norte de Minas Gerais. Segundo o viajante SAINT-HILAIRE (2000), no início do século XIX, a cidade possuía "mais de oitocentas almas", distribuídas em aproximadamente "duzentas casas". E, finalmente em 1831, o "Arraial" é elevado por decreto da "Regência", em nome do imperador Dom Pedro II, à condição de "Vila de Montes Claros de Formigas", conquistando assim a sua emancipação e constituindo sua primeira Câmara Municipal. (BRITO, 2006).

A formação do poder político e das elites

De acordo com Brito (2006), é a partir desse momento, com a constituição da Câmara e a consequente eleição do "agente executivo" dentre os pares de legisladores, é que se consolida a formação da elite política local. De acordo com a perspectiva de Mosca, elite é o agrupamento de pessoas que se responsabilizarão pela gestão estatal, pois é a partir da eleição da Câmara que se constitui a representação política de uma maioria de mandantes, que não participa efetivamente da gestão do Estado, para uma minoria de mandatários que goza do monopólio do poder político e das vantagens a eles inerentes, e que impõe sua vontade ao restante da sociedade (MOSCA, 1968).

Na mesma direção, Castro (1992) entende a elite como um grupo de atores voltados para a elaboração de estratégias de "controle, direcionamento e conservação da ordem". A autora ainda atesta que a elite pressupõe que há, nas relações de poder e de influência, responsabilidade pelos resultados de suas decisões e ações.

A elite é constituída, quase sempre, por religiosos, comerciantes, advogados, médicos, farmacêuticos e mestres da instrução pública. Todavia, todos se encontravam vinculados à figura do fazendeiro que exercia o papel de protagonista nas complexas relações de poder vigentes. Na perspectiva gramsciana, o debate acerca do poder é feito de modo a compreender que este é relacional, isto é, não existem aqueles que detêm e os que são alijados, mas sim os que o exercem de forma dominante ou hegemônica, isto é, de forma coercitiva ou de forma consentida (GRAMSCI, 1976).

A ação do grande fazendeiro, que receberá a alcunha de "coronel", a partir da criação da Guarda Nacional em 1831, é descrita por LEAL (1978) como executora de um poder, umas vezes dominante, outras hegemônico, sobre as camadas populares, substituindo o Estado. O interesse dos fazendeiros estava nas trocas de favores que atendiam a uma gama de necessidades pessoais ou de parentela. Desta forma, o coronel agia como mediador entre o Estado e o camponês e seu agregado e, ao mesmo tempo, era o "próprio" Estado na localidade que estava sob seu jugo. (LEAL, 1978).

É de se destacar que a hegemonia política desse segmento se inicia com a primeira eleição para a presidência da Câmara Municipal, em que se elege o fazendeiro Francisco Pinheiro Neves, que logo depois também assumiria o posto como membro da Guarda Nacional, passando a adotar o título de "coronel". (BRITO, 2006)

Além do poder dos coronéis, é importante destacar a forte presença dos religiosos católicos, enquanto lideranças ascendentes da política local. A presença de representantes da Igreja Católica na região data de meados do século. XVII. Na época é de central importância a construção de um templo, no sentido do povoamento da região, que se aglutinava em torno deste. Contudo, até 1835, Montes Claros era vinculada religiosamente a Diamantina, e todas as demandas eram resolvidas apenas pelas autoridades eclesiásticas do antigo Arraial do Tejuco. Somente a partir desse ano que Montes Claros se eleva à condição de paróquia, quando é nomeado como primeiro vigário o sacerdote Antônio Gonçalves Chaves (BRITO, 2006).

O cônego Chaves possivelmente é um dos exemplos do envolvimento de autoridades da igreja em questões pertinentes à gestão pública. Além de chefe da igreja local, também se torna um prestigioso chefe político, vinculado ao Partido Liberal. O cônego foi vereador, presidente da Câmara (o que o tornava agente executivo, o equivalente ao atual cargo de prefeito municipal) e deputado provincial (BRITO, 2006). O seu prestígio político é em seguida transferido para o seu filho, Antônio Gonçalves Chaves Júnior, que deixa Montes Claros para se formar advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Depois de se tornar advogado, época em que era militante do Partido Liberal, alcança os mais altos postos políticos, sendo eleito deputado da Assembleia Provincial de Minas Gerais, logo mais, Presidente da Província de Minas Gerais e também Presidente da Província de Santa Catarina, todos esses cargos assumidos no período do Segundo Reinado. Após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o Dr. Antônio Gonçalves Chaves, o filho, é eleito para a Assembleia Nacional Constituinte em 1890, e fora ainda eleito senador por Minas Gerais, em 1894 (BRITO, 2006).

O fim do período do Segundo Reinado marca o fim do período de hegemonia do Partido Liberal, legenda que congregava a maior parte da elite política local, em antagonismo contra o Partido Conservador. As dis-

putas entre essas duas agremiações eram mais movidas por interesses específicos de determinadas famílias da elite montesclarense, predominantemente, vinculadas ao capital agrário, do que advindas de divergências ideológicas. Foram em torno dessas disputas que os próprios partidos se estruturaram. As famílias Chaves, Sá e Prates o tripé que formava o centro de poder do Partido Liberal, já as famílias Versiani, Veloso e Alves lideravam a oposição dentro do Partido Conservador (BRITO, 2006).

Já com início da República, os antigos partidos se desfazem, porém as novas legendas abrigavam as velhas disputas. Do ponto de vista da política oficial, ambas as facções estarão vinculadas às elites estaduais que se organizavam no Partido Republicano Mineiro (PRM). Essa vinculação, de acordo com Oliveira (2000), decorre de uma eminente relação de dependência do município para com o governo do Estado de Minas Gerais, e da União. Essa autora afirma que dessa relação de dependência decorre o que ela chama de política de compromissos, entre a elite local e a estadual.

Todavia, apesar da aparente relação de homogeneidade ideológica, as disputas entre as elites montesclarenses se demonstravam ainda mais acirradas. A divisão política da cidade se daria agora pelo antagonismo entre o "Partido de Cima" e "Partido de Baixo", também conhecidos como "Estrepes" e "Pelados" (BRITO, 2006). Segundo Brito (2006), as denominações "de baixo" e "de cima" decorriam da localização geográfica da cidade, que estava dividida em duas regiões, tendo como marco central o Mercado Municipal, à época localizado na atual Praça Dr. Carlos. Já a outra denominação, "Estrepes" e "Pelados", remetia a uma grosseira alusão ao nome das bandas de músicas que animavam as duas facções, que eram a "Euterpe" e a banda da "União Operária". O Partido de Baixo, ou os Estrepes, era liderado principalmente pelo coronel Camilo Prates, antigo líder do grupo liberal local, no período do Segundo Reinado. Já o Partido de Cima, ou Pelados, era liderado principalmente por Honorato Alves e seu irmão João José (BRITO, 2006).

Esse antagonismo político dos grupos gravitava entre os Prates e os Alves durante todo o período da Primeira República, a chamada "República do Café com Leite". No período inicial da República o grande feito político estruturante no município de Montes Claros foi a chegada dos trilhos do trem da Estrada de Ferro Central do Brasil, tida como elemento fundamental para a ascensão de Montes Claros como principal polo regional, em detrimento de Pirapora, que já possuía os trilhos desde 1911 (OLIVEIRA, 2000).

A chegada dos trilhos em Montes Claros é também fruto da chamada política de compromissos entre a elite local e os grupos dominantes estadual e nacional. Essa conquista deve-se a nomeação do norte-mineiro Francisco Sá para o cargo de ministro da Viação, nos governos dos presidentes Nilo Peçanha e Artur Bernardes, que permitiram que se tornasse realidade à an-

tiga reivindicação dos trilhos em Montes Claros. Ainda se destacam, como de fundamental importância, as gestões do ministro Francisco Sá para a instalação dos serviços de água e luz em Montes Claros (OLIVEIRA, 2000).

Retornando a rivalidade política que havia em Montes Claros, é importante também destacar que esse antagonismo era exercido através de mecanismos desde a violência física, até o rompimento da ordem institucional. Em 1915, após a vitória do grupo dos Alves nas eleições para a Assembleia Estadual, através da candidatura de Antonio Augusto Spyer, o grupo rival controlando a presidência da Câmara, com o coronel Joaquim Costa, decide retaliar e, como consequência, demite dois funcionários ligados a Honorato Alves. Esse fato acarreta a constituição de duas Câmaras Municipais que funcionavam no mesmo prédio, mas em salas diferentes, sendo que cada uma era ligada a um dos grupos divergentes. O conflito somente é solucionado através da intervenção do governo estadual, que prorroga por mais um ano o mandato do Coronel Joaquim Costa, definindo que a escolha do próximo presidente iria ocorrer por sorteio. O nome do presidente sorteado é Dr. João Alves, filho de Honorato (OLIVEIRA, 2000).

Ainda em se tratando da violência, nesse período, dois exemplos são marcantes a fim de se demonstrar o recorrente uso deste, e retratam as disputas políticas. O primeiro data de 1918, quando, após a vitória de Honorato Alves sobre Camilo Prates, ocorre uma batalha campal na porta da residência de Prates, envolvendo as duas facções. Desse confronto, resultam quatro mortos e sete feridos (OLIVEIRA, 2000). O outro evento, que exemplifica a violência enquanto recurso, ocorreu devido à disputa presidencial de 1930, quando o grupo dos Alves, estava no poder em Montes Claros, em acordo com o presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos que apoiava a candidatura de Getúlio Vargas. Já os opositores se organizavam em torno da chamada "Concentração Conservadora", que dava respaldo à candidatura de Júlio Prestes. Na ocasião da realização de um congresso de produtores de algodão no decurso da campanha eleitoral, esse se torna motivo para a visita do então candidato a vice- presidente de Prestes, Fernando de Melo Viana, a Montes Claros, fato que teve como consequência uma nova batalha a partir da reação do grupo dos Alves, que inicia um intenso tiroteio contra os partidários da "Concentração". Do confronto resultam alguns mortos, e dentre os feridos estava o próprio Melo Viana (OLIVEIRA, 2000).

O Movimento de 30 e a renovação das elites

A tomada do poder por Getúlio Vargas e a decorrente construção de uma nova ordem institucional em todo o país em 1930 tiveram consequências diretas em Montes Claros, que completaria nessa década os primeiros cem anos de administração municipal, desde a sua elevação à condição de vila.

As mudanças decorrentes desse movimento fazem ascender uma nova correlação de forças que, segundo Oliveira (2000), desbanca a hegemonia consolidada dos setores agrários, com a ascensão de uma nova burguesia favorável à industrialização. Já do ponto de vista local, Pereira (2002), ao abordar uma análise da política de Montes Claros, a partir da década subsequente, apresenta uma série de autores como Leal (1948), Faoro (2000) e Carvalho (1999) [1], que defendem a derrocada total do sistema coronelista a partir da revolução de 30, decorrente de uma nova dinâmica que envolve uma aguda centralização do poder por parte do governo federal, combinada com uma intensificação do processo de urbanização e industrialização. Todavia, o próprio Pereira se demonstra, por sua vez, partidário de uma corrente de pensamento, apresentada por autores como Queiroz (1969), Janotti (1997), Souza (1995) e Gualberto (1995) [2], que entende que o coronelismo é profundamente alterado com o movimento de 1930, porém não eliminado completamente. Porém, mesmo tomando os preceitos defendidos por Pereira, é fato que nesse período há um declínio do poder dos coronéis, devido à nova ordem que impunha às elites locais os gestores dos entes federados. Pela legislação em vigor, os estados seriam dirigidos por interventores federais que, por sua vez, possuíam a prerrogativa da indicação dos prefeitos municipais, destituindo a população do poder de escolha de seus dirigentes. É fruto dessa legislação que, nos primeiros anos da década de 30, fossem indicados prefeitos para Montes Claros que não possuíam maiores vínculos com as elites locais, fato que motiva uma aliança oligárquica, cujo objetivo era fazer frente ao chefe do Executivo municipal que era alheio aos interesses dessa elite, liderada principalmente pelo Dr. João Alves, filho de Honorato Alves, e pelo coronel Filomeno Ribeiro, antigos rivais políticos (OLIVEIRA, 2000).

É a partir dessa aliança oligárquica local que se retoma a antiga política de compromissos com o governo do Estado que, por sua vez, cede às lideranças locais que finalmente retomam a gestão da municipalidade em 1936, com a nomeação do então presidente da Câmara para a chefia do Executivo montesclarense. (OLIVEIRA, 2000) Situação que perdura até o restante do período varguista, como a renovação da indicação de Dr. San-

[1] FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2000; CARVALHO, José Murilo de. Pontos e Bordados, escritos de história e política. Belo Horizonte, UFMG, 1999.

[2] QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris(org). Historia geral da civilização brasileira. O Brasil Repúblicano – estrutura de poder e economia(1889-1930). São Paulo, Difel, 1975. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Coronelismo: uma política de compromissos. São Paulo, Brasiliense, 1981. SOUZA, João Morais de. Discussão em torno do conceito de coronelismo – da propriedade da terra às praticas de manutenção do poder local. In: Caderno Estudos Sociais. Recife; v. 11, n.2. jul/dez, 1995. GUALBERTI, João. A invenção do Coronel. Vitória, UFES, 1995.

tos, em 1937. Tempos depois, dá-se a indicação do médico e fazendeiro Dr. Alpheu de Quadros, em 1942. O principal aspecto da força política do Dr. Quadros assentava-se no fato de ter se casado com Helena Prates, filha de Camilo Prates (PEREIRA, 2002).

É ainda durante o período do estado centralizador de Vargas que as elites locais começam a desenvolver novas técnicas de articulação política, com a criação de novas entidades de classe que atuaram em defesa dos seus próprios interesses, já que não mais detinham o controle absoluto da máquina pública de Montes Claros, uma vez que necessitavam de um aval direito do governador. Neste período, em 1944 foi criada a Sociedade Agropecuária, (depois denominada Sociedade Rural) que atuou como entidade maior em defesa dos interesses de classe da elite agrária, portanto, do centro tradicional do poder local de Montes Claros. A Sociedade Rural, enquanto instrumento político dos grandes proprietários rurais, atuou ativamente em todas as eleições que ocorreram a partir de sua fundação, garantindo a representação das oligarquias agrárias em todas as esferas de poder nacional, estadual e, principalmente, municipal. (OLIVEIRA, 2000)

Essas elites, ligadas ao capital rural, renovam suas práticas a partir do advento do chamado "período pluralista", cujo marco é a nova Constituição Brasileira de 1946, que impõe o novo arcabouço jurídico que regera as relações até o golpe militar de 1964. Neste novo momento formam-se quatro partidos em Montes Claros, que determinaram os rumos da política municipal; o Partido Social Democrático (PSD), partido formado pelos antigos interventores dos estados e prefeitos nomeados, que também contou com a adesão dos novos industriais de São Paulo, além da maioria dos chefes oligárquicos de todo o país; a União Democrática Nacional (UDN), ligada nacionalmente aos setores que faziam oposição a Getúlio Vargas, representando liberais de centro-direita. Em se tratando da política nacional, esses dois partidos antagônicos constituíam os dois principais polos políticos que disputaram majoritariamente o controle do poder central do Brasil.(OLIVEIRA, 2000).

Além do PSD e da UDN havia também o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado por Getúlio Vargas, a partir de uma base ligada aos sindicatos de trabalhadores, e o Partido Republicano (PR), partido conservador herdeiro direto do antigo Partido Republicano, existente nos tempos da Primeira República. Dentre os partidos existentes, o PR, tanto em relação ao país e ao estado, não figurava como uma facção que possuísse maiores possibilidades de ascensão à chefia do Poder Executivo (PEREIRA, 2002).

Diferentemente do quadro político nacional, o PR se torna, de acordo com Oliveira (2000), o partido de maior importância em Montes Claros. Isto ocorre até o PSD travar uma disputa de poder com o PR local, fato que contribuiu que, em 1946, para que surgissem duas alas pessedistas, a

ortodoxa e a dissidente, que se intitulava liberal (PEREIRA, 2002). Essas eram as duas legendas que representavam os interesses das elites agrárias e, segundo Pereira (2002), era "praticamente impossível detectar diferenças programáticas entre as mesmas. Na realidade, suas divergências remontavam a velhos conflitos familiares" (p.25).

É nesse contexto político que acontecem as primeiras eleições do período de redemocratização, em que o então prefeito, o médico e fazendeiro, Dr. Alpheu de Quadros (PR), apoiado pela ala dissidente do PSD, sagra-se vencedor sobre o engenheiro Simeão Ribeiro (PSD), que era sobrinho do "chefe político" do segmento ortodoxo do PSD, Cel. Filomeno Ribeiro (GUIMARÃES, 1997).

A eleição em 1947 reflete um processo que se inicia no final da década de 1940, e que se encerra no decurso da década de 1950, com o surgimento de novas lideranças políticas no cenário municipal. Essa renovação das lideranças municipais, contudo, não representa maiores mudanças estruturais, pelo contrário, "as lideranças tradicionais e as emergentes mantiveram uma relação harmoniosa, confundiam-se, compartilhavam das mesmas idéias" (PEREIRA, 2002, p. 106). Ocorre, portanto, aquilo que Pareto (1984) denomina de "Circulação das Elites", com a renovação da elite política de Montes Claros.

Prosseguindo, nas eleições municipais de 1950, época da sucessão de Quadros, aparecem dois novos atores para disputar a política municipal, que até aquele momento não protagonizavam o cenário político na cidade. Pereira (2002) refere-se a essa disputa, através de um "esforço de esquematização não rígida", como opondo dois tipos diferentes de coronéis da política de Montes Claros: o primeiro, que ele denomina de "tradicionais", e o segundo, chamado de "modernos". O autor ressalta que essa divisão não era de forma alguma uma demonstração de diferenças programáticas e ideológicas, pelo contrário, os pontos convergentes eram muito mais expressivos que os divergentes e, além disso, é importante frisar que estes dois "tipos" de coronéis se encontravam presentes em "todos os partidos" (p. 114).

> O primeiro tipo era o fazendeiro e o grande comerciante. Em suas práticas, estariam mais acentuados elementos como a violência, a fraude e o menor recurso à oratória. O segundo tipo, o moderno, era o advogado, o engenheiro, o médico e as lideranças "populares" (construtores e pequenos comerciantes). Suas práticas políticas ressaltavam mais o conhecimento técnico, a capacidade administrativa, a utilização mais efetiva do recurso à oratória, a importância de se modernizar a cidade e a valorização das atividades e obras "culturais" (biblioteca, banda de música, desfiles). (PEREIRA, 2002, pp. 113 e 114)

O grupo político do Dr. Alpheu de Quadros (segundo o esquema de Pereira, um coronel moderno) então situacionista, lança, como candidato

pela ala "liberal" do PSD, o também médico (e também coronel moderno) Dr. Hermes de Paula. Já o oposicionista grupo pessedista ortodoxo, liderado pelo velho coronel (tradicional) Filomeno Ribeiro, lança como candidato, em aliança com o PR que indica como vice o seu principal líder o coronel João Lopes Martins (Coronoel Lopinho), o veterano militar que viera do Nordeste, e que fora prefeito da vizinha Francisco Sá, capitão Enéas Mineiro (também um coronel tradicional, segundo o esquema de Pereira), que se sagra vitorioso tornando-se o segundo prefeito montesclarense no período pós-redemocratização (PEREIRA, 2002).

Segundo Ferreira (2012), a vitória do Capitão Enéas, que até então não possuía maiores vínculos políticos com a elite local, aconteceu devido à utilização maciça da violência e da coação, enquanto recursos de domínio.

Decorrente dessa derrota, o então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitscheck, condiciona qualquer beneficio a Montes Claros a uma reunificação de sua legenda, o PSD, no município (PEREIRA, 2002). Essa união é feita e, dessa forma, é realizado um grande acordo político que possibilita, em 1954, a eleição novamente do Dr. Alpheu de Quadros, agora pelo grupo liberal PSD, sobre Simeão Ribeiro, que havia perdido o controle do grupo pessedista, após a morte de seu tio, Cel. Filomeno Ribeiro, em 1952 (GUIMARÃES, 1997).

Contudo, os termos desse acordo previam que Quadros venceria, mas não governaria, isto é, ele apenas seria o candidato devido à sua "densidade eleitoral", pois, assim que ele assumiu, seu primeiro ato fora se licenciar, para que seu vice-prefeito, o engenheiro proveniente de uma família de grandes fazendeiros, João Ferreira Pimenta, da ala ortodoxa, assumisse a chefia do município. Isto ocorreu apenas até a metade do mandato, pois a gestão da prefeitura voltaria ao grupo liberal do PSD em janeiro de 1957. Com a licença de Pimenta para que Geraldo Athayde (presidente da Câmara, fazendeiro tradicional e presidente fundador da Sociedade Rural em 1944 (OLIVEIRA, 2000)) conduzisse a municipalidade pelo restante do período para o qual Quadros havia sido eleito (PEREIRA, 2002).

É somente quando se aproxima a sucessão que Quadros retorna ao governo, apenas para que Athayde pudesse ser candidato para o mandato de 1959 a 1963, em disputa contra o veterano candidato Simeão Ribeiro, novamente concorrendo pelo PR, que juntamente com seu candidato a vice-prefeito, o médico, fazendeiro e ex-vereador por dois mandatos Dr. Pedro Santos, saíram vitoriosos do pleito. O grupo político liderado pela família Ribeiro, finalmente assume a prefeitura, depois de duas tentativas frustradas (1947, 1954) (GUIMARÃES, 1997).

No pleito seguinte, que elegeria o último prefeito do "período pluralista" sob a égide da Constituição liberal de 1946, ocorreu pela primeira vez um rompimento da alternância PR/PSD. O PR, então no poder, apre-

senta como candidato o médico Dr. João Valle Mauricio, já o PSD lança o ex-prefeito capitão Enéas Mineiro de Souza, e ambos são derrotados pelo então vice-prefeito Dr. Pedro Santos, que sai candidato avulsamente pelo Partido Social Progressista, liderado pelo então governador do Estado de São Paulo, Ademar de Barros que, pessoalmente, lhe concede a chefia de sua legenda em Montes Claros, tendo como seu vice o industrial Luiz de Paula. (GUIMARÃES, 1997). Todavia, antes mesmo do início da gestão, ocorre um pacto entre as elites locais, que são convidadas por Santos para participarem do seu mandato, principalmente pelo fato de seu grupo ter elegido apenas um vereador para a Câmara Municipal. (GUIMARÃES, 1997).

O golpe militar e as elites de Montes Claros

Na mesma época em que Pedro Santos administrava o município de Montes Claros, o Brasil enfrentava um acirramento de disputas políticas que levou ao golpe de estado promovido pelos militares, que dá fim ao governo do presidente João Goulart. Desse novo arranjo político decorrente da gestão militar nascem os chamados Atos Institucionais, e no segundo, de 17 de outubro de 1965, são extintos os partidos políticos até então vigentes e cria-se o sistema bipartidário, em que o grupo encastelado no poder nacional se aglutina sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e as oposições participam do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). (OLIVEIRA, 2000)

Assim como em todo Brasil, as principais lideranças políticas de Montes Claros, alinhadas anteriormente ao PR e ao PSD, filiam-se à ARENA, realimentando o caráter governista das elites locais, advindo da chamada política de compromissos (OLIVEIRA, 2000) Já o MDB inicialmente é composto por algumas lideranças do antigo PTB e, principalmente, por novos nomes, sem maior tradição eleitoral no município. Durante todo o período do bipartidarismo no país, o MDB não consegue se apresentar enquanto uma alternativa viável à chefia do Executivo local, sendo o centro das disputas entre forças aglutinadas no seio da ARENA, apesar de mais tarde obter, a partir da década de setenta, uma boa votação para os legislativos estadual e federal, garantindo representação nesses dois fóruns (GUIMARÃES, 1997).

A fragilidade do MDB, enquanto alternativa de poder, é demonstrada pela articulação feita para a sucessão de Santos, em 1966, quando a ARENA define internamente que seu candidato Antonio Lafetá Rebello, que era segundo Oliveira(2000), um dos maiores fazendeiros da região, seria o único a concorrer ao pleito do executivo municipal, contando com o apoio até mesmo da sigla oposicionista. (GUIMARÃES, 1997).

Já no pleito seguinte, em 1970, conhecido como "mandato tampão", essa unidade das elites locais se desfaz, ocasião em que a ARENA apresenta

duas candidaturas: a oficial, do Dr. Hermes de Paula apoiada por Rebello, e a de Pedro Santos, novamente sem a anuência das elites oficiais, fato que não o impediu de sair vitorioso das eleições. A novidade dessas eleições foi a apresentação de uma candidatura emedebista, porém, não conseguiu conquistar a maioria do apoio popular. (GUIMARÃES, 1997)

As vitórias eleitorais de Pedro Santos, em seus dois mandatos de prefeito, ocorrem sem o apoio das elites tradicionais do município. Elas são frutos principalmente da sua liderança carismática. Santos era médico e realizava diversos atendimentos gratuitos às populações carentes da cidade, o que lhe garantia grande apoio popular, fazendo com que não necessitasse da ação das lideranças tradicionais para garantir a sua densidade eleitoral (OLIVEIRA, 2000). Todavia apesar dessas peculiaridades de Santos, não se pode caracterizar as suas gestões como rompimento com as elites tradicionais agrárias, até pelo fato de ser ele mesmo um proprietário de terras (GUIMARÃES, 1997).

As elites agrárias retornam ao papel protagonista da política municipal na eleição seguinte em 1972 que, segundo Guimarães (1997), foi uma disputa das antigas forças pessedistas, então alocadas na ARENA, que opunham de um lado o médico e fazendeiro Moacir Lopes, que detinha o controle dos votos na zona rural de Montes Claros, e do outro o também médico Crisantino Borém, que possuía maior ascendência na zona urbana. Lopes sai vitorioso e fortalece a política de compromissos, aprofundando os laços com o então governador mineiro Rondon Pacheco (OLIVEIRA, 2000).

Mais tarde em 1976, assim com havia ocorrido dez anos antes, as elites tradicionais montesclarenses lançam para o pleito municipal o nome de "Toninho Rebello", como candidato à chefia do Executivo municipal. Rebello foi novamente escolhido pela população para ser prefeito. Seu mandato destacou-se por atender aos interesses de entidades da elite (OLIVEIRA, 2000). No mesmo pleito, a grande novidade vem do MDB, com a eleição do jovem radialista de 23 anos Luiz Tadeu Leite para vereador. Leite foi o mais votado daquela disputa, com 3051 votos, o que o faz ser percentualmente o mais votado da história de Montes Claros, até os dias atuais (FERREIRA, 2012).

Tadeu, como é mais conhecido, atuava enquanto radialista desde 1974, com um programa matinal chamado "Boca no Trombone" na única estação de rádio da cidade, a Sociedade. Oriundo de uma família de baixo poder aquisitivo, Tadeu utiliza esse programa, principalmente, para fazer críticas às administrações municipais, o que lhe garante sua penetração nas camadas mais humildes da população que viram em sua figura a liderança carismática capaz de defender seus interesses (FERREIRA, 2012).

Após a eleição de Tadeu, conforme Oliveira (2000), o próprio MDB torna-se mais eficiente em termos de penetração popular, principalmente,

porque Tadeu utilizava a rádio para intensificar ainda mais seus ataques à gestão municipal, que, segundo autores como a própria Evelina Oliveira, Guimarães (1997) e Ferreira (2012), atuava de maneira pouco evidente nos bairros periféricos da cidade.

Segundo Ferreira(2012), outro fator a ser atribuído à atuação de Leite, enquanto vereador, é uma reativação de diversas associações de bairros, que darão ainda mais força às críticas feitas por ele à ausência de ações públicas nas periferias. Essas associações serão de fundamental importância nos próximos embates de Tadeu.

Será também durante o período do mandato de Rebello que se encerrará o ciclo do bipartidarismo no Brasil. A partir da sanção da Lei 6767/79 surgirá um novo quadro partidário no país, rompendo o antagonismo ARENA X MDB, que deu lugar a seus herdeiros diretos, o Partido Democrático Social (PDS) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); além das novas legendas como o Partido Trabalhista Brasileiro (sob a liderança de Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas, que havia ganhado de Leonel Brizola o direito à legenda na justiça); o Partido Democrático Trabalhista (fundado por Brizola, após a derrota judicial) e o Partido dos Trabalhadores (liderado pelo líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva) (DELGADO, 2006).

É sob esse contexto que as eleições brasileiras, para a Câmara Federal, Senado, Governos Estaduais, Assembleias Estaduais, Prefeituras e Câmaras Municipais, são transferidas de 1980 para 1982, ampliando os mandatos municipais de quatro para seis anos (DELGADO, 2006).

Em Montes Claros, a disputa eleitoral contará com sete candidaturas. PT e PDT lançaram candidatos de menor representatividade, que não possuíam maior força no pleito. Já o PDS apresenta candidatos que eram lideranças tradicionais da cidade, vinculados aos grupos políticos que se revezavam no comando do município. Eram eles: Pedro Santos, ex-prefeito por dois mandatos, e ex-vereador também por dois mandatos; Domingos Hamilton Lopes, ex-presidente da Câmara Municipal, então vereador no exercício do terceiro mandato e genro do ex-prefeito Alpheu de Quadros; e Crisantino Borém, então vice-prefeito, que contava com o apoio da administração municipal (GUIMARÃES, 1997).

Já no PMDB havia como concorrentes à prefeitura o ex-prefeito e ex-deputado Moacir Lopes, que havia conquistado todos os seus mandatos sob a legenda ARENA, que dava sustentação ao regime militar (OLIVEIRA, 2002), além do já citado Luiz Tadeu Leite, que saiu vitorioso da disputa, sendo o prefeito que conduziu Montes Claros pelo restante do período militar.

Considerações Finais

Conforme é possível constatar, a partir do que foi citado, as elites rurais de Montes Claros possuíram o controle hegemônico da chefia do executivo municipal ininterruptamente por aproximadamente 150 anos, desde a elevação do Arraial das formigas à condição de vila, com a formação da primeira Câmara Municipal, até a eleição de Luiz Tadeu Leite para a prefeitura em 1982, quando ocorre o que Gramsci denomina "crise de hegemonia da classe dirigente".

> crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente faliu em determinado grande empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas(...) ou porque amplas massas(...) passaram de repente da passividade a certa atividade e apresentaram reivindicações(GRAMSCI, 1976, p.55)

A vitória de Leite em Montes Claros é explicada, segundo Oliveira, por três fatores: a campanha estadual do candidato a governador, pelo PMDB, Tancredo Neves; a desarticulação local do PDS (partido oficial do regime, que substituiu a ARENA), que correspondia a uma desarticulação das elites tradicionais do município; e à ascensão do movimento popular. Esse último fator é de fundamental importância, principalmente, quando se analisa a composição do conjunto de vereadores eleitos pelo PMDB, pois diversos deles são oriundos do que a autora classifica como "extração mais popular" da sociedade, como o então presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e do sapateiro presidente da Associação dos Moradores do Bairro Maracanã (OLIVEIRA, 2000).

Apesar de se ressaltar, conforme visto em Ferreira (2012), a efetiva participação de alguns setores da elite municipal na eleição de Tadeu, que não eram devidamente articulados com as tradicionais lideranças agrárias, destacando-se a importância do seu vice-prefeito, o médico Mário Ribeiro da Silveira, irmão de Darcy Ribeiro, que atuou como ministro no governo do ex-presidente João Goulart e que, em 1982, foi eleito vice-governador do Rio de Janeiro, na chapa de Leonel Brizola.

Em relação à eleição de Tadeu para prefeito, destaca-se novamente que o seu principal amparo, conforme aponta Oliveira, foi no "movimento popular local", isto é, "nas associações de bairros, em alguns setores da igreja, sindicatos de profissionais liberais e de funcionários públicos". Foram esses segmentos principalmente que garantiram a maior derrota das elites tradicionais em um pleito pela prefeitura de Montes Claros, em toda a história do município, fazendo com que essa candidatura vitoriosa tivesse 30.325 votos, dentre 66.071 eleitores que compareceram às urnas, em uma

disputa que contou com sete candidaturas, sendo cinco delas ligadas às elites tradicionais. (OLIVEIRA, 2000)

Referências

BRITO, Gy Reis Gomes. **Montes Claros – da construção ao progresso 1917-1926.** Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2006

CASTRO, Iná Elias de: **O mito da necessidade**. Discurso e prática do regionalismo nordestino. Bertrand, Rio de Janeiro, 1992.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. **Trabalho, Cultura e sociedade no norte/nordeste de Minas.** Montes Claros: Best, 1997.

DELGADO, Tarcisio. **A história de um rebelde: 40 anos, 1966-2006.** Brasília: Fundação Ulisses Guimarães, 2006.

FERREIRA, Marcelo Valmor: **Cidade de Porte Médio e Populismo: Montes Claros, um estudo de caso.** Montes Claros, Ed. Unimontes: 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno.** 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GUIMARÃES, Jorge Tadeu. **Faces do Legislativo.** Montes Claros: Sociedade Editorial Arapuim, 1997.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MOSCA, Gaetano. **História das Doutrinas Políticas: desde a antiguidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. **Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do Nordeste.** Maceió: EDUFAL, 2000.

PARETO, Vilfredo. **Manual de Economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1984. Vol.1.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX.** Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.

REIS, Geraldo Antonio dos. Algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento recente da região mineira do nordeste. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. **Trabalho, Cultura e sociedade no norte/nordeste de Minas.** Montes Claros: Best, 1997.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

Artigo recebido em 30/04/2012, aceito para publicação em 16/11/2012 e publicado em 20/12/2012.